

# O TRATAMENTO DE ASPECTOS GRAMATICAIS A PARTIR DE FRASES DESCONTEXTUALIZADAS

Diei Motta Rodrigues

Mariana de Moraes Viaro

## 1. INTRODUÇÃO

O ensino de língua portuguesa na educação básica ajuda a propagar mitos sobre a última flor do Lácio. Não é incomum ouvir de alguém – alunos, ex-alunos e até mesmo professores – que o português é muito difícil e, portanto, praticamente impossível de ser aprendido. O conformismo de alguns profissionais se alastra no ambiente de aprendizagem e contamina os educandos que acabam por se enxergarem incapazes de ler e compreender qualquer enunciado trazido pelo professor.

É sabido que o ensino da língua sempre se baseou na norma gramatical literária de Portugal. Desta forma, algumas regras trazidas nos compêndios de normas simplesmente não correspondem ao português lido e falado em solo brasileiro, ou seja, o português ensinado nas escolas (públicas ou privadas) não é vivo, não é real nem verdadeiro, apesar dos esforços de alguns professores para reverter esse quadro preocupante.

Além do ensino tradicional não privilegiar o uso brasileiro do português no ciclo básico, sua base para o ensino da gramática não mostra na prática o uso da norma. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, atentos a essa carência, passaram a elaborar diretrizes para privilegiar o ensino da língua materna baseado nos gêneros textuais, representando uma ofensiva ao ensino descontextualizado, de frases soltas e sem conexão com o mundo em que o aluno vive. Escrever no quadro que “*João comeu o bolo*” simplesmente para ensinar tipos de sujeitos ou transitividade de verbos não tem valor para o desenvolvimento de competências essenciais para o crescimento do educando. Privilegia-se, então, a nomenclatura e a identificação de termos da oração, como no exemplo citado anteriormente, e negligencia-se a capacidade de usar a língua de modos variados, de conhecer os múltiplos falares e diferentes estilos.

Este artigo não pretende revolucionar o ensino do português nas escolas, porém objetiva sensibilizar o professor para que baseie suas aulas em exemplos contextualizados que podem ser observados pelos alunos diariamente em suas práticas sociais. Elaborar um enunciado para fins puramente gramaticais é uma prática artificial que torna o ensino pobre e ineficiente. A gramática deve estar a serviço das práticas de linguagem em vez de ser a finalidade do ensino de língua portuguesa nas escolas.

## **2. QUADRO TEÓRICO**

Fundamentam este artigo as sistematizações e reflexões de Irandé Antunes, linguista pernambucana, sobre o ensino de língua portuguesa e os apontamentos sobre os descaminhos do ensino que contribuem para o insucesso escolar. Antunes (2003) constata que as falhas da escola em relação ao português originam-se, dentre outras coisas, da omissão da fala como objeto de exploração do trabalho escolar, da prática de uma escrita artificial, desvinculada de qualquer contexto comunicativo sem contar as atividades de ensino da leitura que não incentivam o pensamento crítico e não levam o estudante a compreender as diversas funções sociais da leitura.

É curioso observar que a descontextualização do ensino esta intimamente relacionada à artificialidade do que é trazido para dentro da sala de aula.

Quanto a isso, Neves (2004) explica que predomina nos estudos gramaticais tradicionais a metalinguagem, ou seja, ela utiliza a língua pra falar dela mesma. A estudiosa afirma que é justamente isso que sufoca a linguagem. Sob esta perspectiva, o estudo da língua limita-se à análise de frases soltas e pré-fabricadas, incentivando a “decoreba” que aos poucos, na cabeça dos jovens estudantes, se degenera, uma vez que os conceitos não são trabalhados na prática. Retomando o início do artigo pode-se supor que a aparente dificuldade da língua não se deve ao idioma em si, mas sim à metodologia de ensino da gramática baseada na nomenclatura, responsável por “dissecar” frases para a mera classificação morfológica e sintática.

Enxergar o ensino de língua sob esse prisma engessa a prática docente. Este artigo não pretende defender que não há mais lugar para o estudo manifesto da gramática em sala de aula, mas sim que esse estudo não deve ser visto como um fim. Bagno (2009) salienta que, no lugar de aprender um conjunto de dogmas e de

verdades absolutas e imutáveis, o professor deve, junto ao aluno, investigar fatos linguísticos reais, em manifestações faladas e escritas autênticas para, então, contrapor as abordagens tradicionais aos mais recentes estudos científicos na área da linguagem, responsáveis por tentar eliminar antigos mitos referentes à língua portuguesa. Desta forma, o aluno abandonaria a metalinguagem e, a partir de atividades epilinguísticas - prática que opera sobre a própria linguagem - desenvolveria o senso crítico para inserir-se na cultura letrada.

A comunicação cotidiana não se baseia em um apanhado de frases, mas um conjunto de regras que acionamos conforme as circunstâncias de nossas práticas sociais. A afirmação anterior é endossada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), claros ao afirmar que

Se o objetivo principal do trabalho de análise e reflexão sobre a língua é imprimir maior qualidade ao uso da linguagem, as situações didáticas devem, principalmente nos primeiros ciclos, centrar-se na atividade epilinguísticas, na reflexão sobre a língua em situações de produção e interpretação, como caminho para tomar consciência e aprimorar o controle sobre a própria produção linguística. E, a partir daí, introduzir progressivamente os elementos para uma análise de natureza metalinguística. O lugar natural, na sala de aula, para esse tipo de prática parece ser a reflexão compartilhada sobre textos reais. (1997, p. 31)

Portanto, as atividades epilinguísticas, segundo Bagno (2015, p. 215), levam o aluno a usar com eficiência comunicativa, beleza e criatividade todos os recursos que a língua lhe oferece, sem precisar recorrer a frases que pouco ou nada dizem e geralmente trazem mais dúvidas do que certezas a estudantes competentes na língua que falam, porém não se reconhecem na que lhes é ensinada nas salas de aula.

Vale lembrar que o ensino da gramática baseado em frases soltas é predominantemente prescritivo, ou seja, trabalha em cima do conceito de certo e errado. Antunes (2003) descreve essa gramática como sendo inflexível e petrificada, cujos exercícios de análise morfosintática refletem uma língua inalterável e fixada em um conjunto de regras. Em poucas palavras, o ensino de língua nas escolas, tanto públicas quanto privadas, parte do princípio de que um quadro negro cheio de frases inventadas, desconexas e fragmentadas, prontas para serem copiadas em forma de lição, representando fielmente o português real falado por mais de duzentos milhões de nativos. Por esta razão, a professora pernambucana defende a adoção do texto

como objeto da reflexão e do ensino para “desenvolver nos cidadãos as competências e habilidades para atuações verbais bem sucedidas (2004, p. 133).”.

Essas diferentes visões de três professores e estudiosos do assunto, somadas às diretrizes dos PCNs de Língua Portuguesa, darão sustentação à exposição trazida por este artigo. Em linhas gerais serão abordadas questões sobre a metodologia em sala de aula baseada no ensino de frases soltas e descontextualizadas que pouco ou nada refletem o mundo dos alunos, pois não tem como apoio o uso da língua em textos reais. Uma abordagem relevante da língua pressupõe manifestações textuais da comunicação funcional.

### **3. UMA METODOLOGIA CAUSADORA DE TRAUMAS**

As aulas de gramática nas escolas, por serem centradas no domínio praticamente exclusivo da nomenclatura, tendem a ganhar a antipatia dos educandos. É provável que o leitor se identifique com o aluno que, mesmo nos dias atuais, é obrigado a ouvir do professor que reconhecer sintaticamente os termos que compõem as orações é de vital importância para aqueles que pretendem escrever melhor.

O “conselho” acima é enganoso. Saber, por exemplo, a diferença entre um adjunto adnominal e um complemento nominal não elimina a pobreza de repertório do aluno, muito menos a falta de assunto para escrever textos. Ter o que dizer é condição garantida pela leitura diária de bons textos que sejam bonitos e ricos em ideias. Associar a metalinguagem às melhores condições de escrita faz com que o aluno que não domine a análise sintática abomine, por conseguinte, a literatura. Não é o caso de propor a divisão de conteúdos de Língua Portuguesa e separar gramática, literatura e produção textual (aliás, isso a escola faz há muitos anos), mas sim mostrar os usos reais da gramática e associá-los, *a posteriori*, às análises de textos e produções escritas.

### **4. GRAMÁTICA: CONJUNTO DE REGRAS DE FUNCIONAMENTO DA LÍNGUA**

O aluno capaz de falar uma língua tem domínio apropriado de todas as regras dessa língua, sejam elas fonológicas, morfológicas, sintáticas ou semânticas. Nessa perspectiva, concluímos que não há falante da língua portuguesa que não tenha conhecimento de sua gramática. Porém, quando o termo “gramática” é empregado, costuma-se associá-lo, de imediato, ao compêndio de normas conhecido gramática

normativa e não aos saberes intuitivos que levam o falante a empregar adjuntos adnominais, objetos direto e indireto e orações subordinadas muito antes da escola ensiná-lo a reconhecer esses termos.

O que a escola furta-se de ensinar é aquilo que Antunes (2003, p. 86) chama de regras de gramática. Para a pesquisadora, essas normas são “orientações acerca de como usar as unidades da língua, de como combiná-las, para que se produzam determinados efeitos”. Não há, grosso modo, portanto, trabalho docente que preze pela funcionalidade dos estudos linguísticos e sim questões de definição e classificação das unidades da língua, geralmente feito a partir de frases inventadas pelo professor momentos antes de iniciar a explicação, deixando de lado a contextualização desses enunciados e as situações comunicacionais em que geralmente são empregados, fugindo à realidade com que a comunicação verbal ocorre. As regras trazidas pelo professor pra dentro da sala de aula carregam consigo a ideia de que são as únicas formas “certas”. Toda a riqueza do idioma é abolida para dar lugar a uma falsa concepção de língua uniforme, cujo padrão de funcionamento é único e inalterável.

O que garante essa metodologia é também a pressão dos pais. Preocupados com o futuro dos filhos, cresce a exigência pela preparação adequada para os vestibulares. Muitas vezes essa preocupação deixa de lado uma educação humanística que prepara o aluno para o mundo, para saber posicionar-se na sociedade atual, de modo que qualquer atividade que vise esses fins é considerada perda de tempo ou atrasa todos os conteúdos pré-estabelecidos pelos livros didáticos - que sem dúvida alguma evoluíram nos últimos anos – e pela escola. O planejamento tradicional limita a criatividade do professor e, conseqüentemente, engessa o desenvolvimento crítico dos educandos.

É hipotético o cenário abaixo, mas serve para ilustrar esse engessamento. No afã de explicar conteúdos relacionados aos tipos de sujeito, pode o professor escrever na lousa a seguinte oração: *Maria comeu o bolo* (oração de estrutura muito simples) e perguntar à sala a função de *Maria*. Não é difícil imaginar que um dos alunos dessa sala possa dizer que a função de *Maria*, no caso, é comer o bolo.

Em outra situação imaginada, o professor pode, a partir da frase acima perguntar a classificação do verbo *comer* quanto à transitividade verbal e emendar

dizer que esse verbo necessita de um complemento que se liga a ele sem preposição, ou seja, um objeto direto. No entanto, como a frase está descontextualizada, o aluno pode argumentar que, numa situação de comunicação real, o falante desse enunciado pode responder a outra pessoa que perguntou, por exemplo, “*Quem comeu o bolo que estava na geladeira?*” e, nessa situação, a resposta seria “*Maria comeu*”, desprezando, portanto, o complemento “*o bolo*” do verbo *comer*.

## 5. PARECER CONCLUSIVO

A mudança das metodologias de ensino de Língua Portuguesa ainda sofre muita resistência por parte dos professores, que não tiveram boas aulas de licenciatura na graduação, e pela comunidade escolar que mantém fixa a ideia de que saber gramática é reconhecer cada um dos termos que compõem a frase. Sabendo que a mentalidade impregnada na escola não se altera de um dia pro outro, fica a proposta de que ao menos os conteúdos gramaticais sejam ensinados de maneira honesta para os alunos, ou seja, passados de modo que eles consigam aplicar nas situações comunicacionais diárias.

O ensino gramatical é lei e precisa ser passado ao aluno, no entanto, uma abordagem contextualizada faz com que, ao menos, o educando não sinta repulsa pelos conteúdos trazidos pelo professor.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. *Aula de português – encontro & interação*. São Paulo: Parábola, 2003.

ANTUNES, Irandé. *No meio do caminho tinha um equívoco: gramática, tudo ou nada*. In: BAGNO, M. (Org.) *Linguística da norma*. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. 3. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico*. 56. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BRASIL. Secretária da Educação Básica. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa – 1ª a 4ª séries*. Brasília: Ministério da Educação, 1997.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2004.